



MOVIMENTO DE MULHERES RURAIS E SEU RECONHECIMENTO EM PROJETOS AGROECOLÓGICOS

Janine Beatriz Torres¹
Márcia Regina Farias da Silva²
Alexandre de Oliveira Lima³
José Edson de Albuquerque Araújo⁴
Francisca Gomes Torres Filha⁵
Juliana Kalinny Torres Marinho⁶

RESUMO

Este ensaio teórico objetivou trazer a contextualização sobre o movimento de mulheres rurais, discutindo os principais acontecimentos e conferências no que se refere a luta pelo reconhecimento das trabalhadoras na formulação de políticas públicas e projetos agroecológicos. O ensaio discute sobre o surgimento da teoria feminista e entra especificamente na teoria feminismo de(s)colonial e subalterno, por entender que por vezes as reivindicações das mulheres em pautas pontuais, como questões inerentes as das trabalhadoras rurais, muitas vezes não estão presentes nas discussões do feminismo hegemônico, o que contribui para que elas sejam silenciadas dentro do movimento. Neste ensaio se discute sobre a auto-organização das mulheres e seu reconhecimento nos projetos agroecológicos, investigando especificamente a contribuição delas na implementação de tecnologias sociais de armazenamento de água (programa um milhão de cisternas – P1MC e programa uma terra e duas águas – P1+2). Para que isso fosse possível utilizou-se a pesquisa exploratória e bibliográfica. Os resultados mostram ser por meio da auto-organização que as mulheres se fortalecem e modificam suas realidades, contando com o envolvimento de ONG's de assessoria técnica e projetos, e aqui discutimos especificamente o Programa um milhão de cisterna (P1MC) e o programa uma terra e duas águas (p1+2) que contribuam para o seu crescimento pessoal e econômico.

Palavras-chave: Auto-organização; Agroecologia; Tecnologia Social; Feminismo Subalterno; Semiárido.

¹Gestora ambiental e mestra em geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte(UERN).

² Professora adjunta do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) e do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da UERN.

³Professor Adjunto do DGA e do PPGEO da UERN.

⁴Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA-UFERSA), Professor daSecretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do RN (SEEC).

⁵ Professora de sociologia, efetiva do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - Campus central(IFRN).

⁶Discente do 8º período do curso de Geografia/UERN.

1. INTRODUÇÃO

O processo de organização da sociedade pode ser visto sob dois aspectos. O primeiro, pela ação de ativismos que, segundo Touraine (1996), são entendidos como reivindicatórios voltados à luta por melhorias localizadas que atendem um grupo particular e são ‘paroquiais’, limitando-se a lutar em benefício de um pequeno grupo; o segundo, são as ações dos movimentos sociais que acontecem quando há a ampliação de horizontes e se pretende alcançar transformações mais profundas na sociedade. Os movimentos sociais compreendem ações articuladas em escalas geográficas mais abrangentes e preocupações cujas reivindicações buscam alcançar a justiça social, visto que o objetivo se volta à promoção de reformas profundas, em forma de políticas públicas universalistas (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, o feminismo é entendido como teoria crítica e movimento social, pois surge ao questionar a naturalização da dominação masculina em uma escala global. A origem da teoria feminista coincide com a difusão dos meios de informação, da imprensa e do enciclopedismo, ampliado no final do século XVIII e início do século XIX. Dantas (2018) afirma que a enciclopédia era uma ferramenta utilizada para a difusão da naturalização e divindade dos homens sobre as mulheres. A teoria feminista desenvolveu uma abordagem crítica dos paradigmas científicos e hegemônicos da época para a compreensão da realidade das mulheres que, mesmo fora da academia e das Ciências Sociais, foi capaz de criar categorias e conceitos, mas reconhece que o termo “feminismo” passou a ser usado somente depois do século XVIII (BEZERRA, 2018).

É objetivo deste trabalho apresentar como se fortaleceu no cenário mundial a discussão sobre o reconhecimento das mulheres e a teoria feminista e abordar, de forma pontual, a partir da teoria do Feminismo de(s)colonial e subalterno, questões inerentes a contextos específicos, como a zona rural. O trabalho discute também como as mulheres passaram a ser reconhecidas nas políticas públicas e projetos agroecológicos, mostrando como a auto-organização delas contribuiu para seus desenvolvimento e participação efetiva. O ensaio teórico é resultado do projeto “Cisternas fertilizadas: fortalecendo a autonomia das mulheres no semiárido”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), contemplado no edital N° 36/2018 – A –, Processo 443489/2018-1, Desenvolvimento e Tecnologia Social.

Para que este artigo fosse possível utilizou-se da pesquisa exploratória e bibliográfica, que de acordo com Gil (2008) possibilitam o aprofundamento da pesquisa através de trabalhos já publicados sobre o tema. O artigo está dividido da seguinte forma: a origem da teoria feminista em sua discussão global, abordando os principais eventos que contribuíram para o fortalecimento da discussão e logo em seguida, trazemos a teoria do feminismo de(s)colonial, em sua crítica ao feminismo hegemônico. No próximo tópico do referencial trazemos o debate de como se deu o reconhecimento da participação das mulheres nos projetos agroecológicos, enfatizando como a auto-organização delas demonstram que elas sempre estiveram na luta e que só precisavam ser reconhecidas. No tópico final trazemos as considerações finais, em que procuramos ressaltar a importância da inserção das mulheres nos projetos agroecológicos.

2 CONFERÊNCIAS MUNDIAIS, FORTALECIMENTO DA TEORIA FEMINISTA E O FEMINISMO DE(S)COLONIAL

A origem da teoria feminista coincide com a difusão dos meios de informação, da imprensa e do enciclopedismo, ampliado no final do século XVIII e início do século XIX. Bezerra (2018) afirma que a enciclopédia era uma ferramenta utilizada para a difusão da naturalização e divindade dos homens sobre as mulheres. A teoria feminista desenvolveu uma abordagem crítica dos paradigmas científicos e hegemônicos da época para a compreensão da realidade das mulheres que, mesmo fora da academia e das Ciências Sociais, foi capaz de criar categorias e conceitos, mas reconhece que o termo “feminismo” passou a ser usado somente depois do século XVIII (Bezerra, 2018).

A Revolução Francesa figura como um importante marco histórico para o feminismo do século XVIII, pois a participação das mulheres marcou o início da sua auto-organização em grupo. Defendendo o lema da revolução Liberté, égalité, fraternité, as mulheres participaram ativamente, mas o reconhecimento desta participação lhes foi negada. A partir do século XIX, denunciando o lema da revolução, começaram a desnaturalizar a ideia da mulher como indivíduo igual nas sociedades modernas. A crítica feminista procurou comprovar que as mulheres não se incluíam no ideal igualitário como os outros indivíduos da sociedade: os homens nobres (BEZERRA, 2018). Já no século XX, há o esforço das teóricas feministas para incluir na academia questões sobre o movimento. Passando para outros espaços com reivindicações coletivas e individuais, mais tarde a pauta das questões das mulheres transformou-se em uma agenda política. Essa agenda contempla diversos eventos internacionais ocorridos a partir da década de 1970 com críticas à visão desenvolvimentista, que via no crescimento econômico a

solução para os problemas globais em detrimento de questões sociais. A ONU organiza diversos eventos internacionais. Farahl (2004) remete à década de 1970 e apresenta dois períodos importantes na luta por direitos básicos da população em geral: o primeiro, conhecido por “momento de democratização”, em que predominava as reivindicações por ampliação e participação nos espaços decisórios, e o segundo momento, o da ampliação das políticas públicas e reconhecimento de novos usuários. Esta luta pode ser observada, também, com relação ao acesso às políticas públicas das mulheres rurais.

Os eventos mundiais ocorridos nas primeiras décadas do século XX procuravam integrar nos discursos a preservação ambiental, inserindo preocupações sobre as questões sociais e incorporando as mulheres nas ações, planos e políticas, uma vez entendido que elas haviam ficado à margem do processo de desenvolvimento e que era necessário integrá-las ao processo de desenvolvimento (SILIPRANDI, 2015).

Na década de 1990, as conferências globais estimuladas pela ONU favoreceram o fortalecimento do debate sobre questões como a democratização, direitos humanos e o meio ambiente. Decorrente desses eventos, e também como resposta às conferências mundiais ocorridas a partir da década de 1970, houve a internacionalização do movimento feminista. As conferências que se destacaram foram:

A Conferência Mundial das Mulheres na cidade do México (1975); a Década da Mulher (1976-1985); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); 2ª Conferência Mundial das Mulheres em Copenhague (1980), a 3ª em Nairóbi (1985) e 4ª em Pequim (1995); incorporação das questões de gênero nos Objetivos do Milênio (2000); a Resolução 1325 pelo Conselho de Segurança (2000), que estipula a representação e participação das mulheres na prevenção, gestão e resolução de conflitos armados e a criação da ONU Mulheres em 2010. (BALLESTRIN, 2020, p. 2).

A preocupação em tornar o feminismo inclusivo e representativo no que se refere à identidade surgiu na década de 1980. A partir de então, o movimento assumiu internamente um caráter político e crítico que culminou com a existência de diversas ondas (BALLESTRIN, 2020). Nada veio fácil na luta pelos direitos da mulher. Todas as conferências e direitos conquistados hoje são frutos de articulação e representação promovidas por meio da interação dos movimentos sociais de mulheres com ações governamentais em contextos locais, nacionais e globais. No próprio movimento feminista, há questões a serem observadas: nem todas as pautas colocadas nas agendas nasceram de forma consensual. No seio do movimento existem críticas e questões, pois, como explicado por Ballestrin em seus escritos de 2019, 2020 e 2021, muitas feministas veem a internacionalização do movimento como

"colonização", uma vez que entendem serem os processos que estimulam a discussão excludentes com relação às mulheres, a exemplo da globalização e do neoliberalismo.

A incorporação da dimensão geopolítica na discussão em torno da “mulher do Terceiro Mundo” criou um antagonismo entre feminismo entendido como hegemônico, que representa reivindicações de mulheres cisgêneras, heterossexuais e brancas, e o “feminismo subalterno”, que traz para o centro questões de mulheres negras, pobres, indígenas, mestiças, homossexuais e bissexuais (BALLESTRIN, 2020).

Evidenciando diferenças que são incompreendidas e silenciadas dentro do movimento global de mulheres, o século XXI reconhece no “Feminismo Subalterno”, feminismo de(s)colonial, a alternativa de denunciar e procurar mudanças para questões vividas ainda hoje em contextos específicos, como o das mulheres agricultoras, por exemplo, que muitas vezes são pouco ou não escolarizadas e vivem em situação de vulnerabilidade, violência, pobreza e exploração. E, ainda assim, o feminismo hegemônico considera mais relevante discutir sobre emancipação e maior autonomia de mulheres das classes médias e altas (BALLESTRIN, 2020).

O presente trabalho procurou discutir o conceito de feminismo sob a ótica descolonial por entender que as práticas e teorias inerentes às reivindicações das mulheres agricultoras estão, muitas vezes, mais presentes em contextos específicos, compreendidos em um debate mais regional do que global. Segundo Ballestrin (2020, p. 4), o feminismo pós-colonial e terceiro-mundista reforça a importância geográfica e histórica na construção de identidades feministas subalternas. A autora aproxima as expressões “feminismo de(s)colonial” e “feminismo latino-americano” ao explicar que ambas abarcam propostas inspiradas na heterogeneidade das mulheres inseridas em contextos de subalternidade no continente transamericano e que estão sobrepostas à classe, etnia, cultura, orientação sexual, cultura, nacionalidade e geografia:

É importante observar essa dupla construção: ao mesmo tempo em que denunciam o silenciamento de várias expressões do feminismo, os feminismos subalternos agenciam um antagonismo irreconciliável diante de um feminismo hegemônico do Primeiro Mundo ou Norte Global: elitista, ocidental, branco, universalista e etnocêntrico. Isso revela um essencialismo estratégico e binário no interior do próprio feminismo, e, portanto, nas relações intragênero. É importante notar que este antagonismo vai sendo acentuado a partir da identificação e interiorização de outros marcadores que ampliam o leque das interseccionalidades – ao lado e a partir de suas categorias centrais (classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero) (BALLESTRIN, 2020, p.4).

Miguel (2002) afirma que o feminismo sempre existiu e todas as vezes em que as mulheres, individual ou coletivamente, denunciam as injustiças provocadas pelo *patriarcado* e reivindicam uma mudança nas suas vidas, pode-se considerar um movimento feminista. Muitas são as definições sobre o que é Patriarcado: Cobo (2014) explica o patriarcado como “um sistema de domínio masculino que utiliza um conjunto de estratégias para manter subordinadas as mulheres” (COBO, 2014, p. 11). Para Maia (2002, p. 283), o patriarcado é uma “relação de poder entre homens e mulheres, pela qual os homens controlam, usam, subjagam e oprimem as mulheres”.

Bezerra (2018) faz a relação entre o feminismo e a agroecologia quando coloca que são dimensões de marcos interpretativos da realidade social e se caracterizam, ao mesmo tempo, como movimentos sociais. A pergunta, sempre presente nos encontros agroecológicos, que diz “Sem Feminismo há agroecologia?” aborda que, ao contrário da ciência positivista, a abordagem teórica adotada pela agroecologia rejeita um projeto que vê no saber científico o único detentor do conhecimento.

A agroecologia recusa a visão tecnicista de fazer agricultura e aposta em transformações sociais: entre homens e mulheres, no combate ao racismo e na ressignificação da relação entre seres humanos e natureza para a construção de outro mundo possível. Coloca a mulher como protagonista desse movimento, pois ela está à frente dos processos de transição para a agroecologia e são as primeiras a acreditar no manejo sustentável e na sustentabilidade. Mesmo sendo as primeiras a acreditar nas práticas agroecológicas, muitas vezes são seus companheiros que ficam com o crédito da experiência e com o dinheiro daquele trabalho.

2.2 RECONHECIMENTO NOS PROJETOS AGROECOLÓGICOS: UM RECORTE SOBRE AS TECNOLOGIAS SOCIAIS P1MC E P1+2

A partir do desenvolvimento de projetos agroecológicos, começou-se a propor que, vislumbrando no desenvolvimento sustentável uma alternativa de crescimento socialmente justa e economicamente viável, os projetos agroecológicos passassem a dar destaque às mulheres, uma vez que os seus trabalhos foram invisibilizados tanto no sistema de produção (horta, pomar e criação de animais) quanto em atividades de decisão, pois suas demandas são consideradas “secundárias” em relação às agendas masculinas que, durante anos, foram vistas como representativas do interesse de todos (PACHECO, 2009).

A partir da década de 1990, organizar as mulheres rurais tornou-se um desafio para reduzir as desigualdades de gênero presentes nos espaços de assentamentos de reforma agrária, para que elas pudessem fazer parte da produção, gestão e comercialização, na condição de trabalhadoras (BUTTO *et al.*, 2011). O reconhecimento da figura da mulher implicaria, portanto, em uma mudança de postura dos técnicos que trabalhavam no desenvolvimento desse tipo de projeto, pois agora seria necessário ouvir as colocações das mulheres, suas preocupações e, principalmente, reconhecê-las como elementos importantes nas lutas sociais.

Durante anos, as mulheres não tinham direito aos documentos básicos, tais como certidão de nascimento, Cadastro de Pessoa Física e identidade. O reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura dependia dessa documentação, por ser a partir dela que as mulheres obtêm sua ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como o acesso a políticas produtivas etc. (SILIPRANDI, 2015).

De modo geral, os movimentos sociais do campo têm um papel de extrema relevância no que diz respeito às reivindicações por políticas públicas, desde a luta por direitos como previdência social e crédito voltado à produção da agricultura familiar. Far-se-á, agora, uma breve análise de como as mulheres passaram a acessar essas políticas públicas. Para melhor situar a discussão, é necessário apresentar um rápido contexto do Brasil.

Fazendo um recorte da década de 1980 para os dias atuais, após o período de ditadura, essa década constitui um importante marco na luta de direitos e na busca por um país menos desigual. No final da década, a atuação dos movimentos das mulheres rurais ganha força e, com o estímulo principalmente da Igreja Católica, dos movimentos sindicais e partidos políticos, surgem as primeiras organizações específicas de mulheres rurais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). As bases do movimento feminista passaram a ser fortalecidas na zona rural por diversas frentes, a exemplo das “igrejas progressistas, como a teologia da libertação, sindicatos, especialmente o setor rural da CUT, além de outros movimentos mistos” (BEZERRA, 2018, p. 126). Foi somente a partir do século XX que instituições como universidades, governos, partidos políticos e legislações foram modificadas e oportunidades foram abertas para que as questões das mulheres se tornassem públicas.

A partir da Constituição Federal de 1988, as mulheres passaram a ter direitos previstos, em decorrência do reconhecimento profissional. Representado pela

aposentadoria, o direito previdenciário impactou positivamente a sociedade brasileira, pois, antes disso, a aposentadoria era direito apenas do homem, mesmo que com meio salário-mínimo. Somente após o reconhecimento da profissão “agricultora” foi que as mulheres conquistaram a aposentadoria e o salário-mínimo. A conquista estendeu-se também ao auxílio e salário-maternidade. Bezerra (2018) pondera que estas conquistas impactaram toda a sociedade e contribuíram para dinamizar o setor econômico de cidades pequenas, modificando positivamente a vida no campo. Cabe ressaltar que estas demandas estavam presentes nas agendas das mulheres rurais e acabaram por transformar-se em políticas públicas. Ainda de acordo com a autora, o direito à documentação pessoal e profissional das mulheres trabalhadoras rurais vem sendo assegurado por meio do “Programa de Documentação da Trabalhadora Rural”.

Nascido no seio de movimentos mistos (organizações com homens e mulheres), o movimento das mulheres no campo abarcou diversas discussões, sendo essas: acesso à propriedade da terra, luta por reforma agrária, acesso a crédito, organização produtiva, comercialização e assistência técnica (BEZERRA, 2018). Bezerra (2018, p.128-131) divide a articulação política do movimento feminista *do campo* a partir de três organizações: a 1ª forma de organização são as mulheres vinculadas à ação sindical e associações rurais que se constitui com apoio do movimento internacional de mulheres e reúne movimentos nacionais urbanos e rurais, representado pela criação da Marcha Mundial das Mulheres, que nasceu em 2000 e organizou o surgimento da Marcha das Margaridas (MM) que apoia-se na auto-organização das mulheres em sindicatos, federações estaduais, associações comunitárias, no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – MMTR, Central Única dos Trabalhadores – CUTe o ONG’s. Por meio da comissão nacional de mulheres trabalhadoras da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura familiar (CONTAG), por meio da MM construiu, reconhecimento político no interior do movimento sindical do movimento feminista e no reconhecimento, como principal sujeito político eficiente de nortear a elaboração e execução de políticas para as trabalhadoras rurais. A 2ª organização das mulheres está no do campo da Via Campesina, que fazem a discussão de gênero dentro do Movimento Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Dois movimentos se destacam: MST e MMC, lutando contra o modelo capitalista de fazer agricultura e seus impactos sobre as mulheres. Dantas (2018) coloca que uma ação de repercussão internacional desse campo, se deu com a ocupação

da Aracruz celulose, durante a conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em Porto Alegre, 2006. A ação contou com as mulheres da Via Campesina que denunciaram o “deserto verde” no país e a partir da ocupação do laboratório da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul, destruíram mais de 10 milhões de mudas de eucalipto e pinus. Depois disso, organizadas com a via campesina, as mulheres protagonizam anualmente denúncias nas jornadas das mulheres no período do 8 de março.

Sobre essas duas formas de organizações, Bezerra (2018) reconhece que, nos diferentes campos, os movimentos de mulheres foram construídos a partir de uma crítica no interior dos movimentos mistos e cita o exemplo do MMC e MMTR_NE (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste) que, hoje, são movimentos autônomos de mulheres nascidos da atuação política no interior dos movimentos sindicais e sociais mistos. Na 3ª organização interagem as duas organizações supracitadas e as mulheres vinculadas à experiência de redes e ONGs. Interagem aqui as mulheres da Articulação Semiárido Brasileiro, ASA, que se juntam aos processos organizativos nos encontros de articulação estaduais como a ASA – Paraíba e o GT de Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), que desde 2002 tem uma grande relevância na articulação de debates e proposição de políticas de mulheres e agroecologia.

Segundo Cintrão e Heredia (*apud* BEZERRA, 2018), do ponto de vista de organização e representatividade política, a Marcha das Margaridas e a Via Campesina dão maior visibilidade às mulheres e suas organizações, como agentes que pleiteiam ao Estado políticas públicas para as mulheres. A terceira organização tem sua atuação centrada mais na elaboração, avaliação e proposição de política de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Foi o Governo Federal, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quem acatou o desafio e assumiu um papel central na criação de políticas públicas para as mulheres, com o objetivo de colocá-las no centro das mudanças econômicas, para que fossem protagonistas e autônomas enquanto trabalhadoras rurais (BUTTO *et al.*, 2011).

O ano de 1996, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, é tido como marco de um dos principais acontecimentos na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF foi uma política de acesso a crédito agrícola, voltada aos agricultores familiares. O acesso ao crédito possibilitou o crescimento de atividades,

embora as mulheres continuassem a ser negligenciadas sob a luz da produção agrícola, sendo consideradas ajudantes no processo de trabalho e geração da renda familiar. O acesso ao crédito pelas mulheres, de fato, só seria possível após sua inclusão e reconhecimento como uma esfera importante da política pública no ano de 2003, com a mudança para um Governo Federal de cunho mais popular, tornando possível a abertura de possibilidades e diálogos entre os movimentos sociais e o setor governamental.

É somente no ano de 2003, no LULA, que políticas públicas de visibilidade para as mulheres começaram a ser criadas. O governo possibilitou a integração de fortes programas às demais políticas públicas federais para as mulheres, implantando uma equipe designada para promover políticas por meio de ações e medidas para estimular a transversalidade nas relações de gênero nas políticas de desenvolvimento rural, visando assegurar o desenvolvimento dos direitos econômicos para as mulheres trabalhadoras rurais (BUTTO *et al.*, 2011).

A possibilidade de desenvolver o território, com vistas à elaboração de ações de convivência com o semiárido, vem se expandido nas últimas décadas, especialmente com a criação de Tecnologias Sociais. De acordo com Dagnino (2014), Tecnologia Social abrange produtos, metodologias, processos e/ou técnicas que solucionem problemas sociais, sendo de baixo custo e acessível para as populações, além de apresentar comprovado impacto social.

Figurando como uma das principais e mais importantes políticas públicas para a convivência com as secas no semiárido brasileiro, o Programa um milhão de cisternas (P1MC) mudou a realidade de muitos moradores de assentamentos da Reforma Agrária.

Para as mulheres, especialmente, esta tecnologia trouxe uma verdadeira revolução. Isso porque, em conformidade com Nogueira (2017), a seca aumenta a sobrecarga do trabalho visto como sendo tarefa “das mulheres”, uma vez que elas são as responsáveis por caminhar maiores distâncias para conseguir água, nem sempre potável, o que contribui para o aumento de doenças vinculadas à insegurança hídrica entre as crianças e os demais membros da família (NOGUEIRA, 2017).

Já o Programa uma terra e duas águas (P1+2), iniciado em 2007, tinha o objetivo de ampliar a oferta de água para a produção de alimentos e criação de animais. O histórico mostra que as cisternas de produção foram tão importantes para as mulheres quanto as cisternas de placa, visto que a água presente nos seus lotes, destinada à produção, trouxe vida e a oportunidade de desenvolver novas atividades, voltadas especialmente à criação de pequenos animais e quintais produtivos

Durante a realização do projeto “cisternas fertilizadas” nos aproximamos de um grupo de mulheres, situado assentamento de reforma agrária do município de Mossoró, Rio Grande do Norte/RN. Por meio do Centro Feminista 8 de Março (CF8), que atua no estado há 25 anos, prestando assistência técnica à grupo de mulheres, fomos ao assentamento Hipólito, localizado a 28km do município de Mossoró. Participamos de reuniões com o grupo de mulheres “Mulheres em ação” em que, por meio da interação ouvimos uma série de relatos que ilustravam a vida das mulheres antes e depois das tecnologias sociais chegarem ao assentamento. Foram momentos bastante enriquecedores em que ficou evidente que suas efetivas participação na construção das cisternas contribuíram para além do resultado que os programas de captação de água e armazenamento trouxeram para a localidade, as transformações não foram apenas no espaço, a inserção e participação delas nos projetos contribuem também para autoestima, uma vez que transparece nas suas falas o quanto elas se sentem orgulhosas de serem capazes de construir algo que melhorou suas vidas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta breve análise, foi possível identificar as dificuldades de reconhecimento e acesso das trabalhadoras rurais as políticas públicas. O seu acesso a não se deu de forma natural. Foram necessárias intervenções, conferências e muitas reivindicações para que o Governo Federal reconhecesse que as mulheres não estavam, também, sendo beneficiadas, tal qual os homens, na agricultura familiar.

Foi a partir da auto-organização que elas passaram a reivindicar seus lugares. Como resposta a essas lutas, é preciso continuar inserindo as mulheres em projetos e contextos de visibilidade, que deem condição de participação, para que elas sejam cada vez mais reconhecidas dentro da agroecologia. O estímulo a projetos de produção que tenham em vista o desenvolvimento e reconhecimento das agricultoras contribui para o fortalecimento e geração de renda das mulheres e para o seu desenvolvimento como ser humano. Durante as reuniões do projeto, junto ao CF8 e ao grupo mulheres em ação vimos que o fortalecimento do grupo de mulheres do assentamento Hipólito figura como importante fator de incentivo à participação delas nos projetos e reuniões. Os resultados trazidos neste ensaio, referente aos relatos das mulheres durante o desenvolvimento da pesquisa, procurou exemplificar a importância da inserção delas na implementação de projetos e as mudanças que as Tecnologias Sociais trouxeram não só ao assentamento, mas também a vida das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALLESTRIN, Luciana. El Feminismo De (s) colonial como Feminismo Subalterno Latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020.
2. BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. Feminismo e agroecologia: o sujeito político e avaliação do ATERmulheres no Rio Grande do Norte 2004-2016. 2018.
3. BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. 1º ed, MDA. Brasília, 2011.
4. COBO, Rosa. Aproximação à teoria crítica feminista: Boletim do programa de formação, n.1. Ano 1. Junho de 2014.
5. DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Eduepb, 2014.
6. FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.
7. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
8. HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 9, n.8, p.1-28, 2006.
9. INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL- ITS. Caderno de debate Tecnologia Social. São Paulo: ITS Brasil, 2004. Disponível em:< <https://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 ago, 2019.
10. MAIA, Rui Leandro. Dicionário de sociologia, Porto Editora, 2002.
11. MIGUEL, Ana de. Feminismo ontem e hoje. Lisboa: Ela por Ela, 2002.
12. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
13. NOGUEIRA, Daniela. Segurança hídrica, adaptação e gênero: o caso das cisternas para captação de água de chuva no semiárido brasileiro. Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate, v. 8, n. 3, 2017.
14. PACHECO, M. E.; SILIPRANDI, E.; AGUIAR, M. V. Mulheres no congresso brasileiro de agroecologia. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 46, 2009.
15. SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Editora UFRJ, 2015.
16. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.
17. TOURAINÉ, Alain. O que é a democracia? 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.